

A HOMILIA DO CONGRESSO EUCARÍSTICO DE CUIABÁ

NA CONCEPÇÃO DE D. FRANCISCO
DE AQUINO CORRÊA

Elizabeth Madureira Siqueira¹

Homenagear os 90 anos do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em seu Jubileu de Álamo, na pessoa de D. Francisco de Aquino Corrêa é prestar um tributo a toda Instituição e seus membros, visto que o Arcebispo foi, por mais de 40 anos, Presidente do IHGMT, criador da insígnia que lhe emblematiza, *Pro pátria cónita atque immortalí* (pela pátria conhecida e imortal), personalidade que criou e sedimentou a instituição cultural viva mais antiga de Mato Grosso. A despedida de D. Aquino da vida terrena foi marcada pela realização do Congresso Eucarístico, em Cuiabá, no ano de 1952, evento que encerrou com letras douradas a trajetória do Arcebispo Metropolitano de Cuiabá. A Carta Pastoral do evento foi uma das últimas contribuições intelectual e religiosas dessa personalidade, visto que escrita em São Paulo, onde se encontrava doente.

Tal peça literária de extremo valor para a vida e a conduta moral dos mato-grossenses, aponta um dos cruciais problemas vividos pela sociedade à época, a falta de arrependimento, a não confissão. Através da homilia, D. Aquino imprime uma direção segura na condução e superação desse problema, esclarecendo que a natureza do arrependimento e sua externalidade deve ser revestida de sigilo e ética. Deixemos que D. Aquino faça uso da palavra, de cujos ensinamentos, ainda hoje, se pode usufruir pelos elevados aconselhamentos.

1 Sócia efetiva do IHGMT. Curadora da Casa Barão de Melgaço. Doutora em História da Educação.

O CONGRESSO EUCARÍSTICO DE CUIABÁ

CARTA PASTORAL (1952)

Dom Francisco de Aquino Corrêa S. S.

Irmãos e filhos diletíssimos,

Antes que transmonte, nostálgicamente, este ano de 1952, assinalado por dois jubileus, na vida do vosso arcebispo, a saber, 50 anos de carreira salesiana e 25 de investidura na Academia Brasileira de Letras; antes que se dissipem as suaves, profundas e edificantes impressões do Congresso Eucarístico de Cuiabá, primeiro da nossa Província Eclesiástica, com o qual, sob a iniciativa inteligente, filial e carinhosa do nosso querido Bispo Auxiliar, houvestes por bem comemorar, santificar e perpetuar as referidas efemérides jubilares; antes, em suma, que se perca tão ótima oportunidade, queremos convidar-vos, como ora fazemos, a nos acompanhardes em algumas reflexões sôbre os mesmos memoráveis acontecimentos.

E em primeiro lugar, pedimos a vossa atenção para a parte admirável, que conforme já nos tem acontecido em outras ocasiões, quis Deus tomar nessas comemorações, enviando-nos, em seguida, uma repentina e espetacular doença, verdadeira bordoadada divina, que nos deixou o rosto desfigurado e monstruoso, ma^s logo após, foi amainando, para indicar-nos que essa enfermidade não era de morte, mas de vida, com o fim de expurgar e como que esvurmar as nossas iniquidades, atraindo-nos ao seu amor misericordioso, para melhor cuidar da nossa e das vossas almas. Assim prouve a Nosso Senhor autenticar com o seu sinete esses jubileus, retificando intenções e acrisolando alegrias: *Dominus est.* (1 Reis, III, 18).

D'aqui a ideia de vos dirigir, desde logo, esta Carta Pastoral, que nas folgas dos nossos mal-estares, vamos escrevendo aos pés da Virgem Imaculada, meiga inspiração e fonte luminosa de todas as graças, que nos vem do seu Divino Filho.

BOM JESUS DE CUIABÁ

E como levamos em mira fazer alguns comentários, de ordem espiritual, ao nosso Congresso Eucarístico, começemos por transcrever aqui a oração do mesmo Congresso.

Senhor Jesus Cristo! Que há 230 anos, baixastes pela primeira vez, em corpo, sangue, alma e divindade, ao altar mor da futura catedral metropolitana de Cuiabá, para acompanhardes o nosso povo, sob

a doce invocação de BOM JESUS, na sua histórica jornada através dos séculos! Quanta bondade da vossa parte! Quanta ingratidão da nossa!

Esquecemos os vossos benefícios. Abandonamos o vosso altar, deixando ele de assistir a santa Missa e de fazer a Comunhão Pascal. Ousamos constituir nossas famílias sem a vossa bênção. Demos os nomes a seitas e sociedades por Vós condenadas. Desobedecemos ao vosso Vigário, o Santo Padre o Papa. Desprezamos a vossa voz, que chama os jovens ao serviço da vossa Igreja. Convertemos o vosso culto em superstições e festas profanas.

Perdão, Senhor! Queremos reparar todo esse passado com o nosso pequeno Congresso Eucarístico, que não será apenas uma homenagem de ação de graças, mas, também de adoração, arrependimento e confiança ilimitada nas vossas infinitas misericórdias.

Maria Santíssima, nossa Mãe e Senhora, Ela, que preparou os vossos caminhos na história destas minas, seja-nos agora e sempre, a Medianeira do vosso perdão e do vosso amor.

- Aceitai, ó Bom Jesus, a pobreza do nosso Congresso e ajudai-nos, mediante a vossa graça, a supri-la com um coração contrito e humilhado, mas cheio de esperança e bons propósitos, de modo que assim como vos dignastes de ser chamado o Bom Jesus de Cuiabá, assim também se glorie a nossa terra, de ser sempre mais, em espírito e verdade, a Cuiabá do Bom Jesus. Assim seja.

Aí está o espírito do Congresso Eucarístico, que desejamos perdure em vossas almas. E antes de tudo, essa oração nos lembra que o Padroeiro de Cuiabá é o Bom Jesus; mas este Padroeiro Divino, os cuiabanos não o escolheram, foram por Ele escolhidos. Antes que existisse o povo cuiabano, já o Bom Jesus tomava sob a sua proteção a nossa terra. Bem pode Ele dizer aos cuiabanos, o que disse aos seus apóstolos: *Não fostes vós que me elegestes, mas Eu é que vos elegi. Non vos me elegistis, sed Ego elegi vos.* (Jo. XV, 16). Quanta bondade!

Além disso, observemos que bastaria aí o nome de Jesus, para que pudessem os cuiabanos gloriar-se ao seu Patrono, perante o mundo universo. Porque Jesus é o maior nome da História, “nome, que está acima de todos os nomes” (Fil. II, 9), “nome capaz de fazer dobrar todos os joelhos, no céu, na terra e no inferno.” (Ibid. 10).

Mas este nome todo poderoso é também o mais suave de todos, porque significa Salvador. “Chamá-lo-eis Jesus, disse o anjo, porque Ele vai salvar o seu povo” (Mat. I, 21). D’aqui o piedoso trocadilho de São Bernardo: “Ó Jesus, sede o meu Jesus”, isto é, o meu Salvador! *Jesu, sis mihi Jesus!*

Contudo, o mesmo Jesus quis fazer ressaltar aí, o atributo da bondade, e o Padroeiro de Cuiabá não é Jesus, mas o Bom Jesus.

Conta-se que numa assembleia de sábios, se discutiu outrora, sobre qual seria o epíteto mais próprio da divindade, e ficou assentado que é *ótimo*, de acordo com a fórmula clássica: *Deo Optimo Maximo* e a respectiva sigla: D. O. M. Antes do Deus Máximo, o Deus Ótimo, antes da majestade infinita, a infinita bondade.

Assim, a expressão Bom Jesus, que se diria um pleonasma, o é de fato, mas pleonasma divino da sua bondade. Para que, com efeito, inculcar tanto a sua bondade, senão para inspirar a maior confiança aos cuiabanos? Assim como ninguém se salva sem o Bom Jesus, assim também ninguém se perde com Ele. Não há pecado, não há crime, não há vício algum, por inveterado que seja, que o Bom Jesus não possa, ou não queira perdoar. Uma só coisa Ele não tolera: é a falta de confiança. Quem desespera do Bom Jesus, não é cuiabano. Esta é a mensagem do Bom Jesus. Quanta bondade!

Finalmente, o Bom Jesus de Cuiabá não é propriamente a antiga a histórica Imagem, que se venera em nossa Catedral, mas, sim, conforme lembra a oração do Congresso, Aquele “que há 230 anos, baixou pela primeira vez, em corpo, sangue, alma e divindade, ao futuro altar mor da catedral metropolitana de Cuiabá, para acompanhar o seu povo, sob a doce invocação de Bom Jesus, na sua épica jornada, através dos séculos.”

O Bom Jesus de Cuiabá é o Bom Jesus da Eucaristia, o Bom Jesus da Hóstia Santa, que procuramos glorificar em nosso Congresso; que se imola diariamente no sacrifício da Missa, pela salvação do seu povo; que permanece, dia e noite, em nossos tabernáculos, para nos dar audiência e consolo; que deseja ardentemente, o recebam os cuiabanos na Santa Comunhão, às mais vezes possíveis, e até todos os dias. Quanta bondade!

INGRATIDÃO

Da nossa parte, ao contrário, quantas ingratidões! A começar pela Eucaristia, quantos cuiabanos não crêem na presença real do Bom Jesus na Hóstia consagrada! Entretanto, para o gênio de São Tomás de Aquino, bastava a palavra de Jesus, que disse: “Isto é o meu corpo”. Nada via ele da presença de Jesus, e, muito ao invés, tudo parecia negar essa presença, mas exclamava nos seus célebres versos:

*Não te vejo, nem sinto, porém creio,
Porque o disseste Tu, que estás aí;
És o Filho de Deus, não titubeio,
Creio, Verdade Eterna, creio em ti!*

Além disso, temos hoje o testemunho de vinte séculos, que a Hóstia tem atravessado, em meio aos maiores triunfos, dentre os quais, o recente Congresso Eucarístico Internacional de Barcelona.

Mesmo, porém, os que têm fé, muitos se deixam levar pelas tradições heréticas do jansenismo, que a pretexto de veneração e respeito, afasta as almas da Eucaristia, da comunhão frequente e da vida familiar com o Bom Jesus.

A respeito das nossas ingratidões para com o Bom Jesus, diz a oração do Congresso:

Esquecemos os vossos benefícios. Abandonamos o vosso altar, deixando de assistir à Santa Missa e de fazer a Comunhão Pascal. Ousamos constituir nossas famílias sem a vossa bênção. Demos os nomes a seitas e sociedades por Vós condenadas. Desobedecemos ao vosso Vigário, o Santo Padre, o Papa. Desprezamos a vossa voz, que chama os jovens ao serviço da vossa Igreja. Convertemos o vosso culto em superstições e festas profanas.

Perdão, Senhor! Queremos reparar todo esse passado, com o nosso pequeno Congresso Eucarístico, que não será apenas uma homenagem de ação de graças, mas também de adoração, arrependimento e confiança ilimitada nas vossas infinitas misericórdias.

Maria Santíssima, nossa Mãe e Senhora, Ela, que preparou os vossos caminhos na história destas minas, seja-nos agora e sempre, a Medianeira do vosso perdão e do vosso amor.

Eis aí o fruto do nosso Congresso Eucarístico: um espírito de arrependimento e penitência, confiante na intercessão maternal de Nossa Senhora.

ARREPENDIMENTO OU PENITÊNCIA

Infeliz da alma, que não sabe arrepender-se! Existe um provérbio, que diz: “Errar é próprio do homem do homem; persistir no erro é próprio do demônio”. *Errare humanum est; in errore perseverare, diabolicum.*

Mas aqui se nota que o demônio persiste no erro, porque não pode arrepender-se; é este o seu castigo eterno. O homem, porém, pode e deve arrepender-se, é pior que o demônio.

Bem se aplicariam aqui os conhecidos conceitos do nosso Rui Barbosa:

Pelo que toca ao variar das opiniões, escreveu ele, deixem-me ter, mais uma vez, o consolo de trazer à praça, como coisa de que me prezo, e que não me pesa, a deliciosa culpa dos homens de consciência, a única, em que hei de morrer impenitente. *Beata, beata, beatíssima culpa!* Não mo tenham a mal os imutáveis. Deus os desencrue. Deus os reverte, de pedra e cal, em homens. Deus os ensine a mudar. Porque todo o aprender, todo o melhorar, todo o viver é mudar. De mudar, nem mesmo o céu, o inferno, ou a morte escapam. Mudar é a glória dos que ignoravam e sabem; dos que eram maus, e querem ser justos; dos que não conheciam a si mesmos, e já melhor se conhecem, ou começam a conhecer-se. O que, no mudar, se quer, é que não se mude para trás, nem do bem para o mal, ou do mal a pior. Se me achassem hoje, menos tolerante, menos liberal, menos amigo da justiça, menos dedicado às leis, menos humano, menos dado ao trabalho, menos cristão do que ontem, aí sim, bem era que mo imputassem a culpa, vergonha ou crime. Mas em todos esses pontos, é sempre do menos para o mais, suponho eu, do mal para o bem, ou do bem para o melhor, que tenho mudado, ou feito por mudar.

Tão importante é o arrependimento ou penitência, que Nosso Senhor Jesus Cristo fez dela, condição indispensável à salvação eterna: “Se não fizerdes penitência, perder-vos-eis todos igualmente.” (Luc. XIII, 5).

Quando se fala em penitência, costuma-se entender jejuns, cilícios e mortificações: tudo isso, porém, são apenas obras de penitência, obras inspiradas pela penitência, que é interna.

Possuem os gregos um vocábulo expressivo, para indicar a penitência, *metanóia*, que quer dizer “mudança de mente ou pensamento”. Assim começa o arrependimento ou penitência: por um ato de inteligência, reconhecendo o erro e o mal praticado. O homem é criatura racional, que se guia pela inteligência ou convicção; arrependimentos ou penitências, que não se originam desta convicção, não passam de veledades e sentimentalismos.

Note-se, entretanto, que esta convicção é apenas o primeiro passo para a verdadeira penitência. Neste sentido foi talvez que certo teólogo respondeu a alguém, que insistia com ele, para que convertesse um protestante erudito: “Se desejais, disse ele, que eu o convença, posso tentá-lo; mas convertê-lo, só o Sr. Bispo de Genebra (S. Francisco de Sales)”. Queria dizer que razões humanas podem convencer; mas a conversão completa, que já é um ato da vontade, envolvendo toda a vida do homem, só mesmo por meio da graça de Deus, impetrada abundantemente pelos seus santos favoritos.

É necessário, mas não suficiente, reconhecer o erro e o mal praticado. Não basta mudar de pensamento, *metanóia*; é preciso também

o pesar de ter cometido o pecado e conseqüentemente o propósito de emendar-se e mudar de vida.

Tão eficaz é o arrependimento, que como sabeis, pode perdoar os pecados. Existe o arrependimento imperfeito, que se chama atrição, e o perfeito que se chama contrição. A atrição se arrepende dos pecados, por motivo de desonra ou prejuízo que nos causam, e, sobretudo, porque nos fizeram perder o céu e merecer o inferno. A contrição se pesa dos pecados, porque ofendem a Deus, infinitamente bom e digno de ser amado. Este é o arrependimento capaz de perdoar os pecados, uma vez que a confissão dos mesmos seja impossível.

Caberia aqui lembrar o caso daquele moço, que tocado pela graça, decidiu abandonar, mediante uma boa confissão, a vida de perversidades, em que se abismara.

E para garantir melhor integridade de acusação, não se contentou com fazer mentalmente o exame de consciência, senão que escreveu também num papel de pecados, que depois foi lendo ao confessor, por ente visíveis mostras de arrependimento.

Como, porém, houvesse aí vários pontos graves de moral, que o próprio confessor não se atreveu a julgar, pediu este licença para levar a lista de pecados ao seu superior, a fim de consultá-lo a respeito.

E qual não foi a sua surpresa, quando ao mostrar o papel ao abade, o encontrou inteiramente em branco, como se nada tivesse sido nele escrito. Donde concluíram ambos, as lágrimas da contrição perfeita daquele jovem, tinham já lavado, antes mesmo da absolvição sacramental, todas as suas iniquidades.

Daqui a necessidade, que todos temos, de saber bem e de cor, o ato de arrependimento perfeito e imperfeito, de acordo com a fórmula consagrada em nossos catecismos. Ei-la:

Senhor meu Jesus Cristo, Deus e Homem verdadeiro, Criador e Redentor meu! (segue-se o ato de contrição ou arrependimento perfeito). Por serdes Vós quem sois, sumamente bom e digno de ser amado, e porque vos amo e estimo sobre todas as coisas, pesa-me, Senhor, de todo o meu coração de vos ter ofendido; (segue-se o ato de atrição ou arrependimento imperfeito pesa-me também por ter perdido o céu e merecido o inferno; (segue-se o propósito) e proponho firmemente, ajudado com os auxílios de vossa divina graça, emendar-me e nunca mais vos tornar a ofender e espero alcançar o perdão das minhas culpas, pela vossa infinita misericórdia. Amém!

O SACRAMENTO DA PENITÊNCIA

Até aqui, irmãos e filhos diletíssimos, nada vos temos dito, senão a respeito da virtude da penitência. Esta virtude, porém, conforme já vos fizemos notar, é tão importante, que o nosso Divino Salvador a elevou à sublime categoria de Sacramento. Temos assim a virtude e o sacramento da Penitência.

E a diferença principal é que a virtude da Penitência, como já vimos, para perdoar os pecados, precisa dum ato de arrependimento perfeito, ou contrição, inspirado no amor puríssimo de Deus, o que nem sempre é fácil à nossa natureza corrompida. No sacramento da Penitência, ao invés, basta uma ato de atrição ou arrependimento imperfeito, o qual, baseado embora nos males, que o pecado nos acarretou, mas ajudado com a graça do sacramento, pode obter a absolvição de todos os pecados.

Só por aqui, já se vê a grandeza e utilidade do sacramento da Penitência, que também de chama Confissão, porque a Penitência e a Confissão representam os seus atos principais. Sem a Confissão, como veremos, não pode existir o sacramento da Penitência; e sem a Penitência, o sacramento da Confissão não pode reproduzir os seus efeitos.

Entremos, pois, a falar deste sacramento, que Nosso Senhor, depois de no-lo ter prometido, instituiu e nos deixou como uma das maiores preciosidades da sua herança divina.

Sem nos determos na promessa do sacramento, vamos tratar, desde logo, da sua instituição. E, pois, que devia ser um sacramento de ressurreição e de vida, dir-se-ia que Jesus tenha querido instituí-lo no próprio dia triunfal, em que ressurgiu dos mortos.

Ouçamos, de fato, como no capítulo 20 do seu evangelho, atestamos S. João esta instituição divina:

Chegada já a tarde daquele dia, que era o primeiro da semana, e estando fechadas as portas do lugar, onde se achavam reunidos os discípulos, com medo dos judeus, veio Jesus, e pondo-se no meio deles, disse-lhes: A paz seja convosco! E dizendo isto, mostrou-lhes as mãos e ao lado. Alegraram-se muito os discípulos, vendo o Senhor. Disse-lhes Jesus outra vez: A paz seja convosco! Assim como meu Pai me enviou, assim também eu vos envio. Ditas estas palavras, soprou sobre eles, dizendo-lhes: Recebei o Espírito Santo. Os pecados serão perdoados a quem perdoardes, e retidos a quem os retiverdes.

Quem quer que leia este famoso tópico do quarto evangelho, para nele descobrir o instituto da Confissão sacramental, fica surpreso

e como desapontado: vê-se aí claramente como Jesus conferiu aos seus apóstolos o poder de perdoar os pecados, mas da Confissão nada se fala.

Entretanto, uma leitura mais atenta vai revelar-nos tudo.

Note-se, para isso, que o Divino Mestre não disse apenas: “os pecados serão perdoados a quem os perdoardes”, mas acrescentou: “e retidos a quem os retiverdes”. Se não tivesse juntado este inciso, não haveria necessidade da confissão. Os apóstolos deveriam absolver indistintamente a todos que se apresentassem.

Tendo dado, porém, o poder e a obrigação, não só de perdoar, mas também de reter pecados, o ministro deste perdão, já não pode perdoar indistintamente, mas deve antes conhecer os pecados e as disposições do pecador, para resolver se pode perdoar ou não.

E como conhecer tudo isto? *Quantum capio, quantum sapio?*, diria aqui Santo Agostinho, quanto entendemos e sabemos, só pode ser por meio da confissão, ou seja, da acusação, que o próprio penitente faz dos seus pecados e das suas disposições.

Eis aqui a necessidade da confissão subentendida ao exercício do poder de perdoar ou reter os pecados.

Em outros termos, Nosso Senhor Jesus Cristo instituiu o sacramento da Penitência, em forma de tribunal, não de justiça, mas de misericórdia. O seu ministro é juiz. Deve julgar os pecados do pecador, para os perdoar ou reter, absolver ou não. Mas como julgar sem conhecer? E como conhecer, sem a confissão? Aqui está novamente a confissão, como necessária para que o poder de perdoar ou reter os pecados não se torne vão, frustâneo e ridículo.

Assim é que neste tribunal da infinita misericórdia, todos os réus devem ser confessos.

O PODER DE PERDOAR OS PECADOS

Prossigamos, porém, na análise do sagrado texto, em que o Salvador conferiu aos apóstolos, o magnífico poder de perdoar os pecados. “Os pecados, disse Ele, serão perdoados a quem perdoardes”. Os pecados, notai bem, os pecados sem distinção alguma, não estes ou aqueles, mas todos e quaisquer. Onde a lei não distingue, nem restringe ninguém pode distinguir, nem restringir, tanto mais que se trata de um favor, e favores, de acordo com o princípio geral, devem ser ampliados: *favores sunt ampliandi*.

Admiremos aqui a misericórdia inefável do nosso Deus, que assim perdoa todos os pecados, isto é, todas as ofensas à sua infinita majestade e bondade! Por atroztes e sacrílegas que sejam essas ofensas,

por mais imundos e hediondos que sejam os crimes, por mais numerosas e inverteradas que sejam as iniquidades, o perdão está sempre ao alcance do miserável pecador: basta que se arrependa e recorra ao supremo tribunal da reconciliação e da paz, que é o Sacramento da Confissão.

Diz o Senhor em Isaias que, se a alma do pecador for vermelha à semelhança da escarlata ou do carmesim, e estiver como que ensanguentada pelos próprios crimes, tornar-se-á branca e pura como cândida lã ou neve. (Is. I, 18)

Mas, por outro lado, Jesus acrescentou: “os pecados serão retidos a quem os retiverdes”. Quer isto dizer que só no Sacramento da Confissão, que se pode conseguir o perdão dos pecados, porquanto se aí forem retidos, se aí não forem perdoados, não há outro meio de alcançar-lhes o perdão.

E aqui vem a ponto explicar melhor o que já vos dissemos acerca do arrependimento ou contrição perfeita, pela qual se pode também conseguir o perdão de todos os pecados.

É de direito natural que o perdão se consiga pelo arrependimento: quem não se arrepende, não quer, nem pode ser perdoado. Este arrependimento, ademais, deve ser, não tanto pelo mal que o nosso crime nos causou, quanto pelo mal que com ele causamos ao próximo.

Assim também nas nossas relações com Deus. Se Nosso Senhor não tivesse instituído o Sacramento da Confissão, o único meio de alcançarmos o perdão dos nossos pecados, seria o arrependimento, não tanto, como já vimos, das desgraças, que o pecado nos acarreta, quanto da injúria, que com ele fazemos à Majestade Divina, tão santa e amável.

Mas tendo Jesus instituído o Sacramento da Confissão, como único meio de alcançarmos o perdão dos pecados mortais, está claro que a contrição perfeita ficou subordinada ao sacramento, e não tem lugar nem valor, senão no caso de impossibilidade da Confissão, e unida ao voto ou desejo de confessar-se.

Quem pode confessar-se e não quer, esperando o perdão pela contrição, a sua contrição é falsa, irrita e nula.

Aí tendes o maravilhoso poder, que Jesus conferiu aos seus apóstolos. Quando o Messias, ainda em sua vida terrena, perdoava os pecados, murmurava os judeus, dizendo: “Quem pode perdoar os pecados, senão Deus só?” E tinham razão, mas ali estava Deus (Marc. II, 7).

E este Deus, que pode perdoar os pecados, pode também transmitir e transmitiu o mesmo poder aos homens, isto é, aos apóstolos.

E visto como Igreja de Cristo não ia durar apenas o tempo da vida dos apóstolos, é evidente que este poder, como todos os outros, necessários à manutenção ordinária da mesma Igreja, passaram automaticamente aos seus legítimos sucessores, que são os bispos e sacerdotes, atuais ministros do Sacramento da Confissão.

CONFISSÃO E INFERNO

O poder de perdoar e reter os pecados chama-se também “poder das chaves”, porque o Nosso Senhor, quando o prometeu a Pedro, lhe disse: “Dar-te-ei as chaves do reino dos céus”. (Mat.XVI, 19).

E este poder aos apóstolos, tão logo lhes foi conferido, começaram a exercê-lo, conforme se vislumbra já em vários tópicos do Novo Testamento, e se depara claramente em monumentos os mais antigos da tradição católica.

Assim, por exemplo, nos dois venerandos documentos da antiguidade cristã, que são os livros “Didaquê” ou doutrina dos doze apóstolos, e “Pastor”, cujo autor Hermas viveu certamente pelo meado do segundo século da nossa era.

Assim, nas velhas páginas de Tertuliano, de S. Cipriano, de Orígenes e outros, até os esplendores do século IV, em que a inspirada sabedoria dos Santos Padres firmou a doutrina da Igreja sobre o Sacramento da Penitência.

E bem se pode dizer que, apesar de ser talvez a Confissão o sacramento, que mais irrite os orgulhos da natureza humana, nunca houve contra o mesmo, controvérsias de maior monta, até que os Doutores Escolásticos o ilustraram com as suas luzes meridianas, e o Concílio Tridentino definiu em anátemas imortais, a verdade perene sobre quanto importa crer, a respeito de tão salutar e santo dogma.

Só ao depois, e tardiamente, é que racionalistas, protestantes e modernistas, apostados satanicamente em destruir até em bases do credo católico, se lembraram de fantasiar seus argumentos, contra os princípios dogmáticos da Confissão e sua existência na primitiva Igreja.

Nem é de admirar que insurjam contra este Sacramento, com todo o arsenal de suas diabólicas armas, as Portas do Inferno, ou seja, o Poder das Trevas: *Potestas Tenebrarum* (Luc. XXII, 53).

A Confissão é a única força capaz de arrancar as almas imortais, às suas garras aduncas e eternas. E se fosse bem praticada, nunca mais cresceria a população do inferno, nem o reino de Satanaz. Que alívio para a humanidade!

O demônio permite aos seus apaniguados, que professem a vida católica, até a porta do confessionário: basta que não entrem. Folga

mesmo de que frequentem igrejas, Missas e procissões, de que se alistem nas Irmandades e associações religiosas, de que gozem a intimidade dos vigários, de que conheçam bem a vida financeira e social das paróquias, de que coadjuvem coletas e quermesses. Uma coisa só lhes proíbe: a boa Confissão.

D'aqui as mentiras inventadas contra o Sacramento da Confissão, a começar pela sua própria origem, que pretendem atribuir aos homens. Já vimos, porém, no evangelho, a sua instituição divina. Só um Deus, aliás, podia instituir a Confissão. Se a Confissão fosse invenção dos homens, já teria, de há muito, desaparecido da face da terra.

D'aqui também as calúnias, que levantam contra a própria moralidade da Confissão, sem se lembrarem de que, não somente homens, mas distintíssimas matronas e donzelas encontram na Confissão, o ambiente espiritual e celeste, em que se lhes preserva do contágio mundano, o lírio da santidade.

Consignemos, pois, mais esta prova do caráter divino do sacramento da Confissão: o ódio do Inferno contra ele.

CONFISSÃO E FELICIDADE ETERNA

Admiremos agora, irmãos e filhos caríssimos, o tesouro, que é o Sacramento da Confissão para as nossas almas. Foi o homem criado, como sabeis, para a felicidade, a qual deveria começar no paraíso terrestre, e consumir-se no paraíso celeste. Mas os nossos primeiros pais, cometendo o pecado, perderam ambos estes paraísos de delícias e atraíram sobre si todas as desgraças, inclusive a morte.

E nós, seus descendentes, herdamos todas essas tristíssimas miséria. E estaríamos para sempre perdidos no fogo do inferno, se Deus, na sua infinita misericórdia, não tivesse decretado salvar a humanidade, pela Encarnação, Paixão e Morte do seu Divino Filho.

Jesus, nosso piedoso Salvador, morrendo por nós na cruz, resistiu-nos as promessas e esperanças do paraíso celeste; mas o paraíso terreal, perdemo-lo para sempre, e a terra converteu-se, de paraíso que era, num vale de lágrimas.

Este vale de lágrimas é o estagio ou tempo de prova que Deus nos concede para reconquistarmos o paraíso celeste.

Nós, por nós mesmos, nada podemos a este fim; porém, Jesus nos oferece a sua graça, que nunca falta. Esta graça por sua vez, nada pode fazer por nós, sem o nosso concurso. O que nos salva é a graça de Deus com a nossa cooperação: *gratia Dei mecum*, como ensina São Paulo (1 Cor., XV, 10)

Quer isto dizer que a reconquista do céu está em nossas mãos, depende da nossa vontade. Ninguém, nem Deus, pode levar-nos para o céu, ou lançar-nos no inferno, contra a nossa vontade.

Quando de fala do inferno, dizemos logo, que não queremos nele cair. Dizemos com a boca, mas contradizemos com as obras, com os nossos pecados mortais, essencialmente voluntários, com a nossa voluntária vida pecaminosa.

Em suma: nada pode impedir a nossa felicidade eterna, senão a nossa própria vontade, consentindo no pecado mortal.

Donde se segue que todo o tratado filosófico da nossa felicidade eterna, se reduz a essa simples argumentação: Nada nos pode privar do céu, senão o pecado mortal. Nada nos pode nos livrar do pecado mortal, como já vimos, senão o Sacramento da Confissão. Logo a nossa felicidade eterna depende da Confissão.

Tal o valor decisivo da Confissão, na solução do magno problema da nossa eterna felicidade.

CONFISSÃO E FELICIDADE TERRENA

Mesmo, porém, nesta vida, a Confissão é fonte limpidíssima de felicidade para as almas.

S. João Bosco, que foi um heróico apóstolo da Confissão, referenos à ingênua alegria dos seus rapazinhos, depois de terem feito uma boa confissão, a ponto de não se contentarem de beijar-lhe a mão, mas quererem também, no auge do reconhecimento, beijar-lhe os pés. Um deles lhe disse, por entre lágrimas de consolação: “feliz de mim, se no passado, tivesse aberto os olhos, como nesta tarde! E foi o senhor quem nos abriu”. E se afastou soluçando.

A esse respeito da Confissão, como fator pedagógico, declarou o mesmo santo educador: “Fala-se embora, quanto se quiser, a respeito dos vários sistemas de educação; eu, porém, não acho nenhum fundamento seguro, a não ser na frequência da confissão e da comunhão, e creio não dizer muito, afirmando que omitidos estes dois elementos, está banida a mesma moralidade.”

E quem não se lembra da profunda comoção e alegria do nosso grande Joaquim Nabuco, quando, após uma longa vida, afastadas das práticas religiosas do catolicismo, aproximou-se do confessionário? A primeira vez foi em Londres: pediu a N. Senhora das Dores que o ajudasse no solene passo, e ajoelhou-se no tribunal das divinas misericórdias. “Levantei-me alegre, escreve ele, contente de mim mesmo, a vida parecendo-me digna de ser viver e o verde da folhagem do Parque, radiante de simpatia comigo. A impressão é divina; pode

apagar-se, mas está em mim, renová-la sempre, e enquanto dura, a alma sente-se alada.”

Outra vez foi na matriz de S. João Batista da Lagoa, no Rio de Janeiro. Sentiu ali todo o peso salutar do arrependimento, e no dia seguinte, tendo feito a santa comunhão, deixou também gravadas estas impressões: “Graças a Deus, das cinzas da minha fé, pude tirar a pequena lâmpada, que hoje acendo em honra do Cristo em meu coração e que alumiará a minha morte. Estou grato pelo recolhimento, com que recebi o sagrado corpo de Deus, e espero que Ele se disseminará como alento, por todo o meu ser desanimado, e como luz, pelo abismo, que eu trazia dentro de mim!”

Bem se compreende, aliás, assim seja, porquanto o efeito próprio da Confissão é a paz da consciência. Pecado é desordem, desordem nas relações com Deus, com o próximo e conosco. Ora, a desordem perturba, assim como a ordem tranquiliza, produzindo no espírito, essa flor divina da paz, cujos perfumes são a esperança e a alegria.

Fingiram os pagãos as suas castálias e hipocrenes, que jorrando dos montes consagrados às musas, eram as fontes da poesia. O cristianismo tem a sua verdadeira fonte da felicidade, que é o sacramento da Confissão, a qual, manando dentre os mistérios do monte Calvário, comunica a paz às consciências e alegrias aos corações.

NÃO BASTA CONFESSAR-SE

Para experimentar, porém, os benefícios divinos da Confissão, não basta confessar-se bem.

E aqui vem de molde, uma curiosa observação de S. Agostinho, quando disse que Jesus fez tudo bem, *omnia bene fecit*, para inculcarnos que mais lhe agradam os advérbios, do que os verbos: *Plus amat adverbia, quam verba* (Marc. VII, 37).

Ele nos manda, não só “fazer o bem, mas fazê-lo bem”. Não só viver a vida cristã, mas vivê-la dignamente. Não só receber os sacramentos, mas recebê-los devidamente. E de um modo geral, tratar santamente as coisas santas: *sancta sancte tractanda sunt*. Como se vê, são os advérbios que aí dão realce a tudo. Assim, também, não basta confessar-se, é preciso confessar-se bem. E a grande desgraça do mundo, não é tanto não confessar-se, quanto confessar-se mal.

Santa Teresa, a gloriosa madre do Carmelo, teve uma visão, em que se revelou que mais almas caem no inferno por se confessarem mal, do que por não confessarem.

Confessar-se mal quer dizer confessar-se sem fé, sem convicção, sem boa vontade, sem dor, sem propósito, sem integridade, calando

voluntariamente pecados graves. Assim se converte o divino remédio em veneno, o ósculo da paz em maldição, e o sacramento em sacrilégio. Confissão em tais condições é a coisa mais insulsa e molesta do mundo. E natural é que deixe no espírito de quem assim se confessa, um crescente aborrecimento, que o arredará sempre mais, do Sacramento, que salva. Antes, mil vezes, não confessar-se mal! Se, pois, alguém não tem boa vontade de confessar-se, que não se confesse. Medite antes, nestas verdades da fé.

Em primeiro lugar, a fé nos lembra que, se temos o pecado mortal na alma, estamos à beira do inferno, e o inferno é inferno, abismo eterno de fogo, aonde a morte pode precipitar-nos de um momento para o outro, e se fecharão sobre nós as portas eternas, e só nos restará ouvir, por entre os estertores dos réprobos, a monotonia infinita do relógio da eternidade, a bradar-nos sem cessar: Sempre! Nunca! Nunca! Sempre! Sempre fogo! Nunca um alívio! Sempre a cólera divina! Nunca uma benção! Sempre a raiva dos demônios! Nunca um sorriso da Virgem Maria! Sempre o desespero! Nunca uma flor de esperança! Ó Deus! Que horror!

Entretanto, uma boa confissão pode transformar, num instante, todo esse quadro tétrico e formidável. Ela fecha, a nossos pés, o bárato de fogo, e abre sobre nossas cabeças, o céu estrelado das esperanças cheias de imortalidade. Encontramos para o confessorário, como demônios, e feita uma boa confissão, de lá saímos, como anjos, filhos de Deus, herdeiros do céu, reabilitados e reconfortados, prontos e lesto para a luta pela vida, pelo dever e pela honra. Que poder mágico da Confissão!

CONFESAR-SE BEM

Em segundo lugar, a fé nos lembra que no sacramento da Confissão, não tratamos com os homens, mas sim com Deus. O homem é aí apenas um representante de Deus, seu ministro e instrumento.

O nosso primeiro confessor é Deus, tanto assim que rezamos: “Eu, pecador, me confesso a Deus todo poderoso”. E quando o confessor nos absolve, diz: “Que o Senhor Jesus Cristo te absolva, assim como eu, em nome dele, te absolvo”.

Por isso é que o sacramento da Confissão obriga a todos, fiéis, sacerdotes, bispos e papas. O célebre padre Ventura de Ráulica, que esteve algum tempo como confessor de Pio IX, declarou que nunca sentira tanto a verdade da instituição divina da Confissão, como quando viu de joelhos a seus pés, o santo Padre, a confessar humildemente os seus pecados.

Inútil, portanto, querer enganar o confessor, porque Deus não se engana. O confessor pode levantar, quantas vezes quiser, a mão para absolver-nos, mas se Deus vê que não estamos preparados, não homologa a sentença do seu ministro.

Devemos, pois, empenhar-nos, quanto podemos, em confessar-nos bem.

A este fim, como ensina o catecismo, se requerem e bastam cinco coisas, que bem se podem simbolizar nos cinco dedos da mão: exame de consciência, dor, propósito, confissão e satisfação. Deixamos aos nossos vigários e catequistas o cuidado de explicar-vos minuciosamente estes requisitos. Queremos aqui apenas chamar a vossa atenção para três pontos mais importantes.

Primeiro, a dor: é lei natural que não se possa conseguir o perdão, senão pelo arrependimento, ou seja, pela dor. Não se trata aqui de dor física ou sensível, mas de uma dor espiritual da alma, *animi dolor*, como se exprime a Igreja, um profundo pesar de ter perdido o céu e merecido o inferno. Confissão sem dor é o mesmo que Batismo sem água: completamente nula.

Vem em seguida, acompanhando a dor e dela inseparável, o propósito. Quem se arrepende do que fez, propõe não mais fazê-lo. Quem lhe pesa da vida que leva, propõe abandoná-la.

Eis a razão pela qual, os que se acham em estado permanente de pecado, os que cooperam em seitas ou sociedades condenadas pela Igreja, os que vivem unidos só pelo contrato civil, ou simplesmente amasiados etc... e não querem ou não podem, no momento, mudar de vida, não podem tão pouco confessar-se e ser absolvidos. Falta-lhes o propósito.

Finalmente a confissão, que outra coisa não é, senão a acusação dos próprios pecados, deve ser íntegra e humilde. Ocultar, por vergonha e própria culpa, um só pecado mortal, é profanar o sacramento, perpetrar, como já dissemos, um sacrilégio, e agravar o estado do penitente.

Esta é a parte mais humilhante da Confissão, porém muito racional e benévola.

O pecado é um ato de soberba, em que colocamos, acima da vontade de Deus, a nossa própria vontade. É muito razoável e justo, portanto, que Deus imponha a reparação dessa injúria, com nossa humilhação. Esta, porém, podia ser muito maior, se Deus exigisse, por exemplo, a confissão pública. Ao contrário, inventou e inspirou à sua Igreja, a confissão auricular e a cercou, não só do segredo próprio de toda ética profissional, senão também de um sigilo sagrado, sobre o qual, como atesta a história, vela especialmente a sua Providência.

Escutemos a este respeito, a palavra de um técnico e especialista da Confissão, qual foi S. João Bosco: “Nosso Senhor já permitiu toda espécie de delitos. Permitiu que Judas o traísse, que Pedro o negasse, que padres se fizessem protestantes; porém, nunca jamais permitiu que um confessor dissesse mínima das coisas ouvidas em confissão.”

LOUVORES DA CONFISSÃO

Ao considerarmos tantas maravilhas, irrompe-nos, espontâneo, do coração, um cântico de louvor. Ó Sacramentos da Confissão! Quem nos dera celebrar-te os louvores, como merece, tu que brotastes das cinco chagas do Salvador, de *fontibus Salvatoris* (Is. XII, 3), para purificar as cinco e mais partes do mundo, rio divino de sangue, sangue virginal de Maria divinizado pela união hipostática do Ver, Filho de Deus!

As pias sacras do Batismo nos regeneram e salvam uma só vez; tu, porém, és um Batismo perene, em cujas águas lustrais, podem as almas imergir-se, quantas vezes precisarem e quiserem.

Naamã, o general sírio, teve que deixar os rios da terra natal e buscar o longínquo Jordão, para limpar sua lepra: tu és o nosso misterioso Jordão, que flues em toda parte, para curar a lepra dos nossos pecados e restituir-nos a mimosa pureza da infância.

Ó maravilhoso rio, que assim banhas e enriqueces a Igreja de Deus, muito melhor que os famosos rios do paraíso terrestre, correndo embora em regiões opulentas de ouro e pedras preciosas!

E quem poderá conter as lágrimas, ao pensar que o sangue das tuas correntes, fomos nós que derramamos, que sangue do nosso Redentor, o qual, como ovelha mansa, que lambe e acaricia as mãos de quem sangra, transformou esse sangue, tão criminosamente vertido, sem sacramento de redenção e de vida, num como um rio de paz, *quasi fluvium pacis* (Is. LXVI, 12), para os seus próprios assassinos! Ó Jesus! Ó Salvador!

Os rios de Babilônia continuam arrastando as almas à perdição eterna; tu, ao contrário, rio vermelho da saúde e da imortalidade, tens a missão de levá-las ao céu, à infinita bem aventurança, tu que reavivas a fé, despertas a esperança e ressuscitas o amor; tu que enfloras de exímias virtudes, o exílio deste vale de lágrimas, onde, graças a ti, não penduramos aos salgueiros, como os filhos de Israel, as nossas cítaras, mas podemos cantar e cantamos, à beira das tuas sacratíssimas ondas, preludiando as harpas imortais da celeste Sião, nossa pátria! Bendito sejas tu!

CONFISSÕES À HORA DA MORTE

Donde se vê, irmãos e filhos diletíssimos, quão pouco reconhecidos são os que desprezam a Confissão sacramental, e a relegam para a hora da morte!

Assim é que se agradece esse dom inefável, com que Jesus parece ter esgotado os recursos da sua misericórdia, para salvar a todos e a todos fazer eternamente felizes?! Ó insensatez dos homens! Ingratos para com Deus! Cruéis e desumanos para consigo mesmo!

Porquanto, quem nos assegura que poderemos confessar-nos naquele derradeiro instante? Quantos morrem repentinamente! Quantos perdem os sentidos! Quantos não encontram o confessor! Bem justo é, diz Santo Agostinho, que aqueles que não quiseram confessar-se, quando podiam, não possam, quando quiserem.

Além disso, confissões à hora da morte, são confissões pela hora da morte. Confissões de doentes são confissões doentias. Confissões de moribundos são confissões sem vida nem fruto.

Contudo, não queremos nem podemos por limites à misericórdia de Deus, o qual, entretanto, parece ter-nos prevenido do perigo de protelar assim a confissão, naquela cena do Calvário, em que fez morrer, crucificados com Jesus, dois ladrões: ambos ao lado de Cristo Salvador, ambos contemplando os prodígios da morte de um Deus, ambos nas melhores condições de salvar-se. Tudo isso não obstante, somente um se confessa e salva-se; o outro não se confessa e morre impenitente.

D'aqui a palavra de S. Bernardo: *Unus, ne desperes; unus, ne confidas*. Ao menos um se salva, para que não desespere; mas somente um, para que não confie, aguardando a hora extrema.

Assim é que todos, quando nada, deveriam conformar-se ao espírito da Igreja, e confessar-se ao menos uma vez cada ano. É muito pouco, mas é o que exige a Igreja, para reconhecer-nos por bons filhos e bons católicos. Quer isto dizer que obedecendo a Igreja, durante a vida, com uma boa confissão anual, Deus providenciará para que também na hora da morte, possamos confessar-nos bem.

O ideal, porém, é amiudar as nossas confissões, várias vezes a ano, uma vez por mês, e até por semana, como usam as almas piedosas.

A razão é que a Confissão não serve apenas para perdoar os pecados mortais, mas purifica também as nossas venialidades e faltas quotidianas. É uma nova piscina probática, cujas águas os anjos revolvem continuamente, para nos curarem de todas as enfermidades, das cegueiras da razão e da fé, da surdez às inspirações divinas, da

mudez na oração, dos languores, entraves e paralisias na prática da vida cristã, comunicando-nos assim um grande potencial de luz e força, que nos faz vencer todas as situações, mesmo aquelas, que dantes se nos afiguravam desesperadoras. *Deo gratias, semperque Deo gratias!*

RESUMO E CONCLUSÃO

Tempo é, porém, de resumirmos e concluirmos nossos pensamentos.

Entramos no mar dourado da vida cristã, pelo bergantim florido da inocência, em que nos coloca o sacramento do Batismo. E nele navegamos inocentemente as enseadas azuis e tranquilas da infância; mas eis que, em chegando ao mar alto e bravo da juventude, onde imperam as tempestades das paixões humanas, é quase fatal o naufrágio, e somos atirados pelo pecado mortal, ao abismo das ondas, expostos aos tubarões e monstros marinhos, sem esperança de reembarcar no baixel da inocência, porque esta se perde uma só vez e para sempre.

Que seria de nós, se a misericórdia infinita de Deus não tivesse providenciado outra taboa de salvação, outra barca, onde pudéssemos continuar a viagem da nossa vida terrena até o porto feliz da salvação eterna? Estaríamos perdidos para todo o sempre. Esta segunda tabua de salvação, estoutra barca, é justamente o sacramento da Confissão, também chamado Batismo laborioso, porque a ele vamos pela dor e contrição, Nau da Penitência, donde infelizmente, podemos ainda ser arrojados ao pélagos, pelo pecado mortal, mas para onde podemos também voltar pelo arrependimento, todas as vezes que quisermos.

Vede, pois quantas ações de graças devemos a Nosso Senhor, pela instituição do sacramento da Confissão. A eternidade inteira não bastará para lhas rendermos condignamente.

O maior dos sacramentos é, por certo, a Eucaristia, porque não só nos confere a graça, mas contém o próprio Autor da graça, sendo, como é, a presença real de Jesus na Hóstia consagrada. Mas a Eucaristia, uma vez que caímos em pecado mortal, de nada nos valerá, sem o sacramento da Penitência, que a ela nos prepara.

Assim é que sentimos a necessidade de dizer a cada um dos nossos diocesanos: “Meu caro filho, daríamos por bem empregados todos os trinta e mais anos do nosso ministério pastoral, se nada mais fizéssemos, senão ensinar-te eficazmente a amar o sacramento da Confissão e a bem usar dele por toda a vida. Porquanto, se assim não fizeres, perderás a tua alma para sempre. Se assim fizeres, salvá-las eternamente. E o teu arcebispo terá cumprido a sua missão. Lembra-

te, filho meu, destas palavras, em todos os dias da tua existência: *Horum memento, fili mi, verborum.*”

Com esta exortação, em que se resume o almejado fruto do nosso Congresso Eucarístico, encerramos a presente Carta Pastoral, que será, como de costume, explicada aos fiéis e arquivada.

Digne-se o Bom Jesus, por intercessão da sua Virgem Mãe Santíssima, abençoar estas páginas, assim como nós, do mais íntimo da alma, vos damos a bênção de Deus todo poderoso, *in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti. Amen!*

Dada e passada nesta cidade de S. Paulo, aos 7 de outubro, Festa de Nossa Senhora do Rosário, em 1952.

Francisco

Arcebispo Metropolitano